



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMIGRANTE/RS
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Processo Administrativo nº 29.886/2025

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS
PÚBLICOS, PARADA DE ÔNIBUS E
CALÇADA.**

GERMANO STEVENS, Prefeito Municipal de Imigrante, juntamente com o Licenciador Ambiental, Carlos Alexandre Lutterbeck, em deferimento ao processo nº 29.886/2025, AUTORIZA a construção de banheiros públicos, parada de ônibus e calçada, localizado na Av. Dr. Ito João Snel, bairro Centro, município de Imigrante/RS.

Para emissão da AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL: da atividade Construção de Banheiros Públicos em uma área de 15,58m², parada de ônibus de 2,45m² e calçada 95,61m², conforme Resolução CONSEMA 372/2018, com potencial de graduação Mínimo e Potencial poluidor Médio.

Considerando o Decreto Municipal nº 2.397/2025, de 02 de junho de 2025; declara de Interesse público e social a execução da obra **PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PÚBLICOS E PARADA DE ÔNIBUS**, localizado na Av. Dr. Ito João Snel, bairro Centro, município de Imigrante/RS.

CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto à Autorização:

1.1. Esta Autorização defere a Construção de Banheiros Públicos e Parada de Ônibus, conforme as coordenadas de localização Lat. 29° 21' 16" e Long. 51° 46' 39".

1.2. Em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, contaminação do solo, vegetação e/ou recursos hídricos, a Equipe de Supervisão Ambiental, a Equipe da Coordenadoria Técnica de Meio Ambiente-CTMA/DAER deverão mitigar o ocorrido, e a FEPAM deverá ser informada por meio de Relatório técnico, com dados pertinentes e memorial fotográfico;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

1.3. Cópia desta Autorização deve permanecer no local da obra, salienta-se que, é dever e torna-se imprescindível que todos os engenheiros/supervisores da obra tenham conhecimento do exposto nesta Autorização;

2. Quanto ao Empreendimento, obras de terraplenagem e construção civil:

2.1. As obras deverão ser executadas somente nas áreas solicitadas, conforme Projeto Técnico, memorial descritivo e plantas apresentadas, sob responsabilidade da Arquiteta e Urbanista à Sra. Juliana Lucca, registro profissional nº 00A1758047 RRT nº 15586680;

2.2. Os locais objeto de obras do empreendimento deverão receber sinalização ambiental e de segurança, principalmente em desvios e locais sujeitos a instabilidade geotécnica (desmoronamento de material rochoso, erosão, etc.) ou críticos para poluição ambiental;

2.3. O material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo Órgão Ambiental competente, e com Licença de Operação em vigência;

3. Quanto à intervenção em vegetação nativa e manejo florestal:

3.1. Deverá ser observado o que determina a Lei Federal nº. 11.428/2006, e no Decreto Federal nº 6.660/2008, no que se refere à utilização e proteção da vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica;

3.2. Nas áreas de construção não haverá supressão de vegetação.

4. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

4.1. Está vetada a supressão de Vegetação Primária e Vegetação Secundária em estágio Avançado de Regeneração, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 033/1994 e Lei Federal nº 11.428/2006;

4.2. Está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992 e Lei Estadual nº 11.520/2000;

4.3. Deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002 (Lista da Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul);

4.4. Não está licenciado o corte de exemplares de espécies protegidas por Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

4.5. Se houver necessidade de corte de exemplar de espécie ameaçada de extinção ou imune, deverá ser consultada o Departamento de Meio Ambiente por meio de requerimento com protocolo de juntada ao presente Processo, sendo necessário apresentar Laudo Técnico com justificativa técnica, memorial fotográfico, respectivo Projeto de Supressão e/ou Transplante, Compensação e Reposição Florestal, ART, taxa de atualização de documento licenciatório e demais informações pertinentes;

5. Quanto aos Resíduos Sólidos:

5.1. Os resíduos gerados nas obras deverão ser comprovadamente destinados a locais devidamente licenciados;

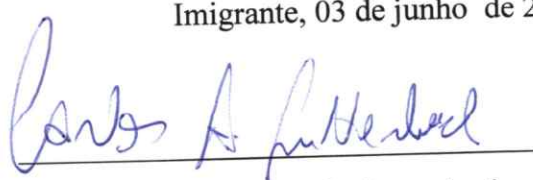
5.2. Não poderão ser utilizadas áreas de preservação permanente, nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de bota-fora;

Esta Autorização só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 2 (dois) anos a contar da presente data, **03/06/2027**. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.



Germano Stevens
Prefeito municipal

Imigrante, 03 de junho de 2025.



Carlos Alexandre Lutterbeck
Licenciador Ambiental